

ESPACO | SOCIALISTA

Ano VIII - Nº 27 Setembro/outubro de 2008
Contribuição: R\$ 1,00

Publicação Revolucionária Marxista de Debates



OS TRABALHADORES E AS ELEIÇÕES: O DESAFIO DE MANTER A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

A DEMOCRACIA
BURGUESA
NÃO SERVE
PARA OS
TRABALHADORES

FALÊNCIA DO
GOVERNO
LULA-PT E DO
PROJETO
REFORMISTA

NOSSA
POSIÇÃO
ELEITORAL

O PETRÓLEO É
NOSSO?

E O BANCO DO
BRASIL É DO
BRASIL?

CONSUMISMO E
SUBJETIVIDADE

NEM TUDO QUE
RELUZ É OURO
EM PEQUIM

A DEMOCRACIA BURGUESA NÃO SERVE PARA OS TRABALHADORES

Toda classe social dominante precisa criar mecanismos de legitimação ou se colocar pela força, como no caso das ditaduras. Na atualidade a burguesia tem priorizado o que chamamos de reação democrática, ou seja, os ataques aos direitos dos trabalhadores ocorrem a partir de instituições “mais abertas” do regime, como o parlamento e o judiciário. A política da burguesia passa a se amparar na legalidade.

Mesmo sendo mais progressiva a existência de medidas democráticas, entendemos que a legalidade burguesa continua, na essência, sendo um regime de ditadura da burguesia sobre o proletariado. Com essa forma de regime a burguesia tenta se colocar como representante dos interesses universais da sociedade. É um regime de dominação e de exploração, mas, por ter uma aparência democrática, cria mais ilusões nos trabalhadores e termina desviando as contradições para as suas próprias instituições como o judiciário e o processo eleitoral.

O fato de que a burguesia tenha optado pela via democrática não significa que essa seja a única política da classe dominante. A criminalização dos movimentos sociais, as ações de repressão da polícia contra o movimento, a rearticulação dos serviços de espionagem também são demonstrações de que o aparato repressivo do Estado está de prontidão e que, caso as “gestões democráticas” não funcionem, entrará em cena a repressão. A burguesia não tem a democracia por princípio, mas como um instrumento que é utilizado enquanto for útil para garantir a sua dominação.

A democracia burguesa tem sido bastante funcional para a continuidade da dominação capitalista. Por isso pensamos que o combate às suas instituições deve se colocar como um dos centros da política revolucionária. No processo eleitoral essa questão coloca-se com mais urgência e a

intervenção dos revolucionários nas eleições deve se pautar por esse combate, pois os riscos de uma capitulação são muito maiores.

Nesse momento eleitoral pensamos ser fundamental ter isso em consideração uma vez que a burguesia utiliza o processo eleitoral para o próprio revigoramento de suas representações. A propaganda do TSE em exibição é um bom exemplo, pois veicula o discurso de que a sua vida depende do voto e de que é preciso votar certo, pois a nova oportunidade só surgirá daqui a 4 anos, um tempo que demora muito, etc. Para a burguesia o problema está no candidato e não no conjunto das instituições. Nós, ao contrário, questionamos não só os candidatos, mas a própria lógica do processo eleitoral burguês.

Fazendo uma analogia com o futebol, podemos dizer que as eleições são um jogo em que o adversário é o dono do campo, tem o poder de fazer as regras, escolhe os árbitros, controla a bilheteria, manipula a imprensa, etc. Ou seja, nas eleições a burguesia tem o controle completo do processo. Não é o campo de luta dos revolucionários, principalmente quando não há um processo de mobilização.

A intervenção do processo eleitoral deve ser centrada na denúncia dos mecanismos de dominação, do parlamento, do judiciário, das ilusões democráticas, etc. É preciso dar a essa intervenção uma forte conotação ideológica, disputar a consciência dos trabalhadores de maneira que a classe perceba que o objetivo da burguesia é perpetuar essa forma de dominação e que o dos revolucionários é libertar a humanidade de toda forma de exploração.

A QUESTÃO ELEITORAL: AS NOSSAS REFERÊNCIAS

É no processo eleitoral que o desafio de enfrentar a democracia

burguesa se coloca com maior intensidade.

Os revolucionários atuam no processo eleitoral para ajudar os trabalhadores no desenvolvimento de uma consciência socialista, denunciando o capitalismo e ajudando na educação política da classe para que confie nas suas forças e nos seus métodos de luta. Subordinamos a nossa atuação aos interesses do proletariado em seu conjunto. A nossa participação tem um caráter completamente diferente dos partidos da burguesia, pois não encaramos as eleições como um fim em si e não lhe damos uma importância primordial.

Os revolucionários encaram a participação no processo eleitoral como um dos meios de educar e de organizar os trabalhadores como uma classe independente da burguesia. Esta concepção distingue claramente os revolucionários daqueles que, mesmo com um discurso de esquerda, vêem no parlamento o meio “natural”, o único normal, para as conquistas dos trabalhadores. Negam a luta de classes e o necessário caráter de classe que uma intervenção nesse processo deve ter. Encaramos o parlamento como um instrumento da opressão burguesa e por isso o centro de nossa política deve ser a denúncia dessa forma de dominação burguesa.

Os revolucionários devem intervir nas eleições com um programa revolucionário, apontando as saídas para a crise e a barbárie capitalista. Então essa é a primeira demarcação: nós do Espaço Socialista intervimos e interviremos no processo eleitoral com um programa socialista, denunciando o capitalismo, o seu regime de dominação e apontando que só a revolução socialista pode mudar a nossa vida. Essas são questões mínimas que nos orientam nessas eleições. Denunciar a armadilha da democracia burguesa e fazer propaganda do socialismo.

A FALÊNCIA DO GOVERNO LULA-PT É A FALÊNCIA DO PROJETO REFORMISTA

A falência do governo Lula/PT não pode ser explicada só pela traição de que milhões de trabalhadores foram vítimas. Trata-se da falência do projeto reformista do qual Lula e o PT são apenas uma parte. O reformismo consiste na proposta de mudanças graduais que resultem em benefícios para toda a população, sem a necessidade de romper com o capitalismo e disputar o poder. Tal proposta ignora o fato de que o capitalismo está estruturado para desviar o controle da riqueza social produzida pelos trabalhadores para os bolsos da burguesia, e insiste na ilusão de que através de reformas a burguesia iria “redistribuir” parte da riqueza expropriada dos trabalhadores.

A aplicação dessa concepção tem diversas conseqüências para a luta dos trabalhadores. Uma delas é o fato de que a direção reformista freqüentemente defende medidas que favorecem o capital. Um exemplo dessas medidas é a redução de impostos para as empresas, com o argumento de que as empresas vão crescer e vender mais e assim poderão aumentar o salário dos trabalhadores e até mesmo contratar mais. Ledo engano, pois o desenvolvimento da tecnologia e das técnicas de produção tem permitido aumentar a produtividade sem que isso signifique novas contratações. E mesmo quando as empresas teriam condições de contratar a direção pelega do movimento tem feito acordos, como o banco de horas, que além de aumentar a jornada de trabalho (que substitui as contratações) ainda reduzem direitos dos trabalhadores.

A idéia de que é possível conquistar direitos gradualmente não passa de uma utopia reacionária que impede os trabalhadores de entrarem em luta. A falência do reformismo está determinada pelo cenário geral de crise estrutural do capital, que obriga as empresas a acirrarem cada vez mais a

competição. Para isso, as empresas precisam reduzir o salário e os direitos trabalhistas, com o objetivo de diminuir seus custos e conseqüentemente o preço das mercadorias. Nesse cenário, torna-se impossível para o sistema como um todo conceder melhorias graduais para os trabalhadores.

O caminho político do reformismo é o da institucionalidade e da legalidade, que respeita todos os limites impostos pela burguesia. O parlamento existe no Estado burguês para criar leis que facilitem a dominação da burguesia, ou seja, as leis necessárias ao capital. O parlamento é uma extensão do poder econômico da burguesia. O projeto reformista insiste na ilusão de que o parlamento pode votar leis que realmente mudem a vida dos trabalhadores. Educam os trabalhadores a confiar em instituições da burguesia.

As experiências de governos reformistas têm sido trágicas para a luta dos trabalhadores. No Chile a hesitação do governo da frente popular liderada por Allende em adotar medidas de ruptura permitiu a rearticulação da burguesia, que culminou com um dos golpes militares mais sangrentos do continente, desarticulando por completo as organizações do movimento operário e acabando com o sonho de milhões de construir uma sociedade socialista. O preço que os trabalhadores chilenos pagaram foi muito alto: milhares de mortos e desaparecidos.

Durante décadas Lula e o PT carregaram a bandeira do reformismo no Brasil, desenvolvendo nas massas a crença de que os problemas da classe trabalhadora poderiam ser resolvidos através de mudanças graduais. Todo o riquíssimo processo de lutas e mobilizações desde fins dos anos 70, passando pela queda da ditadura no início dos 80 e pela construção de importantes instrumentos de luta foi assim desviado para o pântano da

colaboração de classe com a burguesia, por meio da promessa de que todos os problemas seriam resolvidos quando Lula fosse eleito. Ao chegar ao poder, a capitulação de Lula e do PT foi tão colossal que nem sequer as medidas reformistas foram postas em prática. Ao contrário, Lula deu seguimento às contra-reformas neoliberais que estão desmontando o Estado e submetendo a economia brasileira ao controle total do capital financeiro. O governo Lula e o PT têm sido tão inofensivos para o capital que não se vislumbra nenhuma rebelião da burguesia, nem sequer a mais remota ameaça de golpe.

O fracasso não é só do governo Lula/PT, mas do projeto reformista que este partido construiu durante anos, deslocando as lutas para o parlamento. E mais uma vez cabe a pergunta: qual a conclusão da esquerda socialista revolucionária? De maneira muito sucinta entendemos que é urgente a construção de uma alternativa de esquerda e socialista dos trabalhadores que passa por não ter nenhuma ilusão nos organismos da burguesia, pois não há nenhuma possibilidade de obter conquistas duradouras pela via parlamentar. Como conseqüência dessa conclusão, é necessário impulsionar a organização independente dos trabalhadores e participar ativamente das lutas diretas.

Os revolucionários também lutam por reformas, pois as melhorias imediatas nas condições de vida também são necessárias. Mas ao contrário dos reformistas, não nos contentamos com as reformas, pois sabemos que a longo prazo nenhuma reforma se sustenta e todas as conquistas são revertidas pela burguesia, caso não haja resistência. Os revolucionários participam das lutas por reformas, mas apóiam-se nessas lutas para levantar bem alto a bandeira do socialismo e da ação direta dos trabalhadores, procurando demonstrar para a classe que somente a luta pode

obter conquistas duradouras, e somente a revolução socialista pode criar condições para que se resolvam definitivamente os problemas da humanidade.

O PSOL SEGUE MESMO CAMINHO

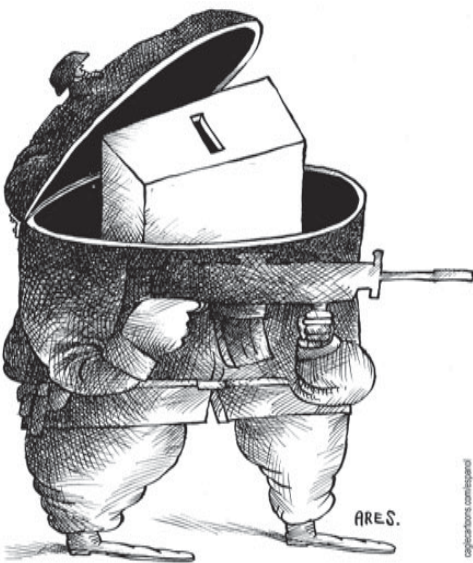
A trajetória recente do PT fez com que muitos militantes se desiludissem e abandonassem a esperança de mudança. Por outro lado, levou a um processo de ruptura que alcançou milhares de militantes, muitos dos quais optaram por construir o PSOL. Para muitos essa era a maneira de “continuar o sonho” que o PT abandonou. Infelizmente o que tivemos foi justamente o contrário: a formação do PSOL é a reciclagem do

reformismo, já que não se liberta da lógica que levou o PT à falência.

O primeiro sintoma dessa política implementada pelo PSOL foi o programa de Heloísa Helena nas eleições de 2006, que se limitava a uma política de respeito à Constituição Federal e no plano econômico propunha a redução dos juros e uma retomada do nacional-desenvolvimentismo, tornada impossível pela atual configuração mundial do capital. Outro sinal de continuidade do projeto reformista foi a posição em favor do projeto do Super Simples, porta de entrada da reforma trabalhista. Ainda no processo eleitoral de 2006 esse partido aceitou, no RJ, o apoio do ultra-reacionário Garotinho e, no RS, de Pedro Simon.

Nas eleições de 2008 essa lógica foi aprofundada tanto no programa rebaixado (sequer propõe a estatização do transporte coletivo) quanto no arco de alianças que agora inclui formalmente partidos burgueses como o PV e o PSB. Ao comprometer seriamente o caráter de classe, o PSOL escolheu um caminho já reprovado pela história, que só traz prejuízos aos trabalhadores, porque abandona a luta pela consciência socialista.

Junto com os problemas do PSOL vem um outro desafio para a esquerda revolucionária, que é o de construir um projeto político de massas que dispute espaço e se coloque como referência, como uma alternativa ao projeto da burguesia. Esse é o nosso grande desafio.



Estamos diante de mais um processo eleitoral convocado pela burguesia para reciclar sua dominação e escolher entre seus candidatos os mais capazes Prefeitos e Vereadores. Os eleitos terão a tarefa de manejar o Estado e aplicar sua política de exploração, violência e negociações contra os trabalhadores.

Rechaçamos com vigor a idéia de que é possível obter mudanças positivas nas condições de vida dos trabalhadores através de votações nas Câmaras de Vereadores e de decretos dos Prefeitos. Também não consideramos que os problemas de nossa sociedade se resumem à falta de “ética na política”.

As eleições burguesas são corruptas na forma e no conteúdo. As campanhas são financiadas por polpudas contribuições de bancos, empreiteiras, multinacionais e empresários. Esses doadores depois vão depois cobrar a

Eleições 2008

SÓ A LUTA MUDA A VIDA

fatura dos candidatos eleitos, lucrando com as obras superfaturadas e as falcatruas para desvio de dinheiro público. Ou seja, essas contribuições na verdade são “investimentos” com alto retorno financeiro.

Reafirmamos em alto e bom som: não conseguiremos nenhuma transformação por dentro do processo eleitoral burguês. As eleições nada mais são do que um jogo de cartas marcadas em que não sabemos qual político burguês vai ganhar, mas já sabemos de antemão que os trabalhadores saem perdendo.

Infelizmente, a grande maioria dos trabalhadores e do povo explorado não tem consciência disso e ainda acredita nas eleições, mantendo a ilusão de que sua vida pode mudar a depender do candidato que for eleito. Não há, ainda, um processo de ruptura de massas com o processo eleitoral.

DENUNCIAR AS ELEIÇÕES BURGUESAS E CONSTRUIR UM PROGRAMA SOCIALISTA

O grande desafio dos revolucionários nos processos eleitorais burgueses é desenvolver uma política que consiga ao mesmo tempo denunciar as eleições como um mecanismo de dominação burguesa e também disputar a consciência dos trabalhadores não apenas contra as eleições em si, mas

contra o capitalismo. É dentro dessa realidade que queremos aproveitar as eleições para discutir com os trabalhadores um programa que vá além do processo eleitoral e do consenso do parlamento. Um programa que discuta a estatização do transporte como uma política para garantir uma tarifa social, que estatize os sistemas de saúde e educação para que todos os trabalhadores tenham acesso a esses serviços, que aumente os impostos sobre as grandes fortunas e reduza os impostos dos trabalhadores, que estabeleça o passe livre para os estudantes e desempregados, que realize a reforma urbana para garantir moradia para todos os trabalhadores; enfim um programa que aponte para a ruptura com o “modo burguês” de governar.

Essa não é uma questão nova para a esquerda e nem para nós. No nosso “Perfil programático” já discutíamos essa questão: “Mesmo com esse balanço extremamente crítico que fazemos, não negamos a importância que pode ter uma participação revolucionária nas eleições, como um meio de atingir setores de massa com as denúncias e propostas socialistas. Mas para isso é preciso se ter uma compreensão profunda dos riscos e limites dessa participação, que essa discussão seja feita não só dentro das organizações, mas também no movimento (deve-se ou não

lançar candidatos, que programa deve-se defender e quais os mecanismos que serão adotados contra a burocratização e adaptação ao parlamento)”.
Portanto, a posição eleitoral da nossa organização está centrada na recusa das ilusões eleitorais, na denúncia dos mecanismos de dominação da democracia burguesa e na disputa da consciência dos trabalhadores para a construção de um programa anticapitalista.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA “FRENTE DE ESQUERDA” E SUA POLÍTICA

Entendemos que no processo de formação da “Frente de Esquerda” (PSOL e PSTU e em alguns lugares também o PCB) aconteceram vários problemas, entre eles, a inexistência de uma discussão programática e a participação de ativistas e militantes do movimento social. Foi uma discussão de cúpula entre os partidos. Esse é um problema de método, mas há também sérios problemas políticos no programa apresentado, que se limita a uma defesa “do cumprimento da constituição brasileira”. Ou seja, o ponto central do programa é o cumprimento da legislação burguesa, que é notadamente anti-operária.

A ausência de uma discussão programática levou a uma situação em que não temos na prática uma Frente de Esquerda como expressão de um projeto nacional, mas várias “coligações” locais e na maioria das vezes limitadas às questões paroquiais. O problema central do programa da “Frente de Esquerda” é continuar acreditando na possibilidade de fazer reformas no Estado brasileiro, sem romper com o capitalismo. Assim, a política eleitoral subordinada a essa lógica faz com que as propostas em muitos casos não se diferenciem das de outras candidaturas. Por expressar bem essa lógica transcrevemos a parte final do programa da “Frente de Esquerda” em São Paulo: *“a proposta do PSOL para a maior cidade do país inclui a construção de mecanismos de transparência orçamentária e participação popular na fiscalização das contas públicas. Vamos criar salas da cidadania em todas as subprefeituras, onde a população terá, através do sistema de informatização, livre acesso ao orçamento da cidade e à sua execução (...) E vamos convocar a população através das subprefeituras para a elaboração de propostas para o orçamento como um todo da cidade”.* (fonte: www.ivanvalente.com.br)

O papel que está reservado ao

“cidadão” se limita à apresentação de propostas e ao acompanhamento do orçamento da cidade. Nos parece que é uma proposta bem distante de qualquer “poder popular”, uma vez que, como todos sabem, “cidadão” é um conceito em que cabem o trabalhador e o burguês em pé de igualdade, sendo que na realidade as duas classes ocupam posições sociais opostas. A plataforma da cidadania representa portanto um política de colaboração de classe.

QUAL A NOSSA POSIÇÃO?

O atual processo eleitoral tem muitas desigualdades e contradições. Há locais em que se apresentam candidaturas com um programa mais à esquerda, outros em que o PSOL está coligado com partidos burgueses e ainda outros, como RJ e SP, em que os candidatos do PSOL não estão coligados com partidos burgueses, mas quando ocupavam cargos no parlamento ultrapassaram a fronteira de classe votando medidas contra os trabalhadores.

A nossa posição, portanto, procura responder a essas desigualdades e também parte do fato de que todas as candidaturas e os seus programas têm limites que precisam ser superados. Assim, **defendemos o voto crítico em partidos da classe trabalhadora nos locais em que os seus candidatos não tenham votado contra os interesses dos trabalhadores**, que expressem a unidade da classe e que têm como base de sustentação a mobilização dos trabalhadores. A unidade e a mobilização são fundamentais para manter um projeto que impeça a utilização dos serviços públicos como fonte de enriquecimento da burguesia e de opressão do povo trabalhador.

Por considerarmos ainda que o programa do PSTU é bastante progressivo e apresenta um claro conteúdo de esquerda, **estamos defendendo para vereador o voto na legenda do PSTU (16)**, demarcando que estamos apoiando um programa e não candidatos em separado.

A partir dessa orientação geral:

NO ABC PAULISTA:

Tendo como base o comprometimento com as lutas dos trabalhadores e o programa socialista, **defendemos para Prefeito o voto crítico na Frente de Esquerda** (PSOL, PSTU e PCB), cujas candidaturas expressam um vínculo

com as lutas dos metalúrgicos, professores, movimento de moradia, estudantes e movimentos sociais. Para vereador defendemos o voto na legenda do PSTU (16). Os candidatos a prefeito nessa região, que são do PSOL, não votaram contra os trabalhadores, estão ligados às principais lutas da região e não têm vínculo direto com a política nacional do PSOL.

EM SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E PORTO ALEGRE

Em SP e RJ os candidatos da “Frente de Esquerda”, respectivamente Ivan Valente e Chico Alencar, se abstiveram na votação da Reforma da Previdência e votaram a favor da aprovação do Super Simples, portanto ficaram ao lado dos partidos da burguesia. Ou seja, tais candidatos ultrapassaram a fronteira de classe.

Por outro lado, as candidaturas do PCB nessas cidades, em que pese as profundas diferenças que temos com esse partido, estão com um programa muito mais à esquerda e não possuem em sua trajetória o voto contra os trabalhadores. **Por isso, defendemos o voto críticos nas candidaturas majoritárias do PCB em São Paulo e Rio de Janeiro.**

No caso de Porto Alegre (RS) a situação do PSOL é ainda pior, pois além de se coligar com o PV ainda aceitaram contribuição financeira do grupo Gerdau. Essa é outra situação em que a independência de classe ficou comprometida e nós, como revolucionários, não podemos dar qualquer aval para uma política de traição de classe.

NOS DEMAIS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O nosso critério é chamar o voto nas candidaturas que defendem um programa socialista e com independência de classe, defendendo o voto na Frente de Esquerda quando esta for expressão da luta dos trabalhadores e quando não representar alianças com partidos burgueses. Apoiaremos o PSTU nos casos, como em Maceió, em que ele apresente candidaturas independentes do PSOL.

CONTRA A DEMOCRACIA BURGUESA!

PELA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO!

O petróleo é nosso?

Cláudio Santana e Alexandre Ferraz

Muito se tem falado a respeito da descoberta de petróleo na camada pré-sal na costa marítima brasileira – desde a dimensão em quantidade de barris até o limite do território marítimo brasileiro. Surgiram também muitas polêmicas sobre se a Petrobrás teria ou não capacidade de explorar essas reservas, e como a criação de uma nova estatal petrolífera traria questionamentos sobre os limites da soberania do país. Mas nada foi falado sobre os ganhos reais para a população brasileira.

Recordemos a euforia do governo federal e de alguns governadores – por exemplo, Serra/SP –, bem como da mídia e dos grandes produtores rurais em torno dos biocombustíveis no ano passado. Esse assunto culminou até com a vinda de Bush ao Brasil, reconhecendo e apregoando o investimento nestes biocombustíveis como a saída para o aquecimento global e para o desenvolvimento do país. Tudo isso foi esquecido com as novas descobertas de petróleo pela Petrobrás. Criou-se uma nova euforia em torno do petróleo.

Em seu informe publicitário na revista *Carta Capital* do dia 13 de agosto de 2008, a Petrobrás estima que na camada pré-sal, as reservas podem atingir entre 5 a 8 bilhões de barris de óleo equivalente a petróleo e gás natural.

Segundo o geofísico João Victor Campos, nos “...campos de Carica, Tupi e Júpiter são estimadas reservas de cerca de 90 bilhões de barris de petróleo, em uma área de extensão de 800km, que vai de Santa Catarina ao Espírito Santo e abarca 200km de território marítimo do país. Com o preço do petróleo em cerca de US\$ 100 o barril, esta riqueza pode chegar a US\$ 10 trilhões.” (In midia independente.org – 27/08/2008). O geógrafo da USP, Aziz Nacib Ab’Saber afirma que “entre a América do Sul e a África há muito petróleo que ultrapassa nossa extensão marítima.” O petróleo e o carvão mineral são o suporte energético do capitalismo mundial. “É por conta disso que os pacotes tecnológicos são fundamentados em matrizes energéticas baseadas nos combustíveis fósseis.” (Bautista Vidal, em *O Poder dos Trópicos*). Diante disso, os países do G-7, e em especial os EUA, estão apavorados com a possível extinção do petróleo, ou mesmo

a restrição do seu consumo. As reservas estratégicas dos EUA estão um pouco acima de 700 milhões de barris, o que obrigou Barack Obama a afirmar que a dependência do petróleo “está mexendo com o bolso e a cabeça do americano médio.” (Merval Pereira, *Globo*). Daí o aspecto militar envolvendo a questão do petróleo e a investida dos EUA na Venezuela, Oriente Médio e em outras partes do planeta ricas em reservas de petróleo e gás natural.

David Harvey diz que: “O acesso ao petróleo do Oriente Médio é, portanto, uma questão de segurança crucial para os EUA, bem como para a economia global.” (*O Novo Imperialismo*) E mais, “...os Estados Unidos poderão, mediante o firme controle da torneira global do petróleo, alimentar a esperança de manter o efetivo da economia global nos próximos cinquenta anos.” (op. cit. p.29-30)

O QUE ISSO TEM HAVER COM O BRASIL

Ao saber das novas descobertas da Petrobrás, os EUA ativaram a IV Frota Naval – que havia sido desativada em 1950, e que foi criada em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, sob o pretexto de lutar contra os submarinos alemães e proteger a navegação da América do Sul e do Caribe – e iniciaram uma série de questionamentos sobre os limites da soberania do Brasil em sua costa marítima.

O *Jornal do Brasil* transmitido em 26 de julho de 2008 destaca que “os poços de petróleo encontrados pela Petrobrás encostam no limite de 200 milhas náuticas de área considerada de exploração do Brasil.” Como já disse Ab’Saber, há muito petróleo além desse limite territorial marítimo brasileiro. Esse limite territorial foi criado pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), da qual o Brasil é signatário. Os EUA não são. Portanto, o risco é grande de o país ter a sua soberania ferida.

E A PETROBRÁS, NÃO COLOCA EM RISCO A NOSSA SOBERANIA?

Os interesses da empresa são

determinados por cerca de 1 milhão de acionistas, dos quais, metade são americanos. Veja como a revista *Isto É Dinheiro* (20/08/2008) descreve a atuação do presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli: “Gabrielli tem exercido com vigor a delicada tarefa de fazer prevalecer os interesses da empresa em meio aos discursos estatizantes. Ele age em defesa da companhia e de mais de um milhão de acionistas.”

As propostas apresentadas de como se faria a extração e o processamento do petróleo seguem o modelo norueguês, segundo o qual fatias das reservas são concedidas para empresas privadas, e estas pagam ao Estado um valor irrisório pelo direito de extrair o petróleo.

Esse modelo é o defendido pela burguesia de forma geral. Querem se apossar de forma rápida e direta das reservas e com a maior garantia possível de que a quase totalidade dos lucros obtidos virá para seus bolsos, sem a intromissão ou apropriação de outros setores da sociedade.

Por sua vez, o governo Lula já fala em criar uma nova empresa estatal para exploração do petróleo pré-sal. Esse seria um modo de garantir que o controle e a apropriação dos lucros estejam sob controle da burocracia de Estado, garantindo assim seus privilégios. Mas isso não significaria nenhum passo no sentido de enfrentar o capital. Os interesses dos grandes exploradores de petróleo seriam preservados, tendo todos os direitos de participar como sócios no mega-negócio da extração do pré-sal. Daí teríamos provavelmente a negociação via acordos de bastidores, sobre que fatia caberia a qual grupo.

Essa empresa “estatal” poderia ter participação minoritária do capital privado em forma de ações. Sua gestão seguiria o modelo de qualquer outra empresa pautada no lucro e na exploração de seus trabalhadores.

Os lucros



auferidos por essa nova empresa seriam em parte destinados para o pagamento dos juros da Dívida Pública, e em parte utilizados para custear medidas em prol dos empresários – como, por exemplo, as obras do PAC. Haveria também uma pequena parte para programas assistencialistas e, não nos esqueçamos, uma parte para a corrupção e privilégios, legados de outros governos que Lula não só manteve, mas aprofundou. A diferença quanto à exploração privada direta é que a burocracia política, sindical e administrativa ligada ao Estado teria uma fatia maior nos rendimentos.

Assim, nenhuma das propostas sobre o modelo de exploração do petróleo pré-sal formuladas pelos empresários ou pelo governo servem aos interesses dos trabalhadores, do país e do ambiente.

Qualquer modelo de exploração do petróleo que esteja sob a lógica do capital, seja de forma direta – através de concessões a empresas imperialistas, ou a

exploração pela Petrobrás, cuja maior parte de suas ações em valor já está em mão privadas –, seja através de uma nova empresa a ser criada pelo governo Lula, tem como finalidade direcionar o lucro e a riqueza para as mãos dos grandes empresários, sendo que o povo mesmo não sairá ganhando em nada. Além do mais, em poucos anos a reserva se esgotaria devido ao uso imediatista e irresponsável característicos da visão de curto prazo própria do capital.

A única forma de garantir que essa reserva estratégica seja explorada para o bem da maioria da população e de forma equilibrada e não destrutiva ao ambiente, é passar o seu controle para as mãos dos trabalhadores. Assim, é preciso desenvolver a luta baseada em um programa que parta da defesa das reservas brasileiras de petróleo frente ao imperialismo e às empresas particulares, levantando a palavra de ordem de exploração 100 % estatal do petróleo, sob controle dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, é necessária a retomada do caráter estatal da Petrobrás, com a expropriação dos grandes acionistas, a recompra das ações dos pequenos acionistas e a colocação da Petrobrás sob controle dos trabalhadores. Que a utilização do petróleo seja feita prioritariamente para a produção de matéria-prima (que é reciclável), e não como combustível. Devemos adotar um novo modelo energético, não agressivo ao ambiente, e que se baseie no uso coletivo compartilhado da energia – como o incentivo ao transporte coletivo em vez do individual, incentivo ao uso coletivo de computadores, máquinas de lavar, restaurantes coletivos, etc.

Enfim, é preciso avançar no sentido da ruptura com a lógica individualista e imediatista do capital, no sentido de uma lógica socialista, que economize os recursos naturais e os utilize de maneira equilibrada e não poluente para o bem-estar humano e não para o lucro.

1808 a 2008: O Banco do Brasil é do Brasil?

Márcio Cardozo e Daniel Menezes



Não há como falar da história econômica e social do país sem citar o Banco do Brasil. A instituição foi o principal agente da política econômico-financeira do Estado brasileiro desde seus primórdios, ainda no período colonial. O BB surgiu como banco de fomento em 1808 para desenvolver a colônia, dando suporte à permanência da Coroa portuguesa, escorraçada de Lisboa por causa da ocupação de Napoleão Bonaparte. A história do Banco é marcada por três períodos importantes: 1º) estruturador da economia brasileira; 2º) fomentador econômico e 3º) privatização.

1) A principal função do BB assim que foi criado era a de estruturar a economia. Além do papel de fomento comercial, o Banco regulamentava todo o sistema financeiro e até mesmo emitia moeda. Seu objetivo era aplicar a política econômica da monarquia da época e criar a infra-estrutura para a permanência da Família Real no Brasil, enquanto vigorava a invasão

bonapartista em Portugal. Desta forma, assim que D. João VI retornou à metrópole, a Coroa “sacou” todos os recursos do Banco, mergulhando a instituição numa grave crise. A pá-decal veio com a Independência do Brasil, em 1822, quando que coube ao Banco indenizar a Coroa pela a perda do Brasil na qualidade de colônia do “Império Português”. A instituição não suportou a tungada e foi liquidada.

2) Com a economia brasileira em frangalhos, em 1851, o Visconde de Mauá (re)inaugura o Banco do Brasil com as mesmas funções de fomento e crédito agrícola, já num país formalmente independente. O Brasil vivia da exportação de café e o BB financiava os latifundiários escravistas. No início do século XX, o Banco continuou como o principal motor econômico, financeiro e social do país, já estatizado e convertido na instituição que continua existindo até hoje. O BB esteve presente na industrialização e no

crescimento econômico de modo geral, fornecendo crédito para a indústria e para a agricultura.

3) A partir da segunda metade do século XX começa o desmonte do Banco. O Banco Central foi criado em 1964 aproveitando pessoal e estrutura do Banco do Brasil. Mesmo assim, o BB reteve algumas funções de autoridade monetária, ao lado do recém-criado Conselho Monetário Nacional. Com isso, dá-se o primeiro passo para um longo processo de privatização do BB, parte do processo geral de dilapidação do patrimônio nacional.

Em 1986, o governo dá mais um passo importante em direção à privatização com a extinção da Conta Movimento. Os recursos desta conta davam ao BB a condição de atuar como banco de fomento, praticando juros inferiores aos das instituições privadas. Caiu com isso o principal pilar do caráter público do Banco. A partir de

então, a instituição passa por sucessivos ajustes administrativos com o objetivo de se tornar um banco “competitivo” no mercado.

O PROJETO NEOLIBERAL

A partir da década de 1990, com a implantação do projeto neoliberal, o Banco do Brasil é entregue à concorrência com os bancos privados, sendo obrigado a adaptar-se à violenta competição no mercado financeiro, concorrendo com os gigantes privados como Bradesco e Itaú. O detalhe é que o capitalismo brasileiro obedece a uma lógica peculiar na qual vigora o controle do patrimônio público pelos interesses privados. Como no tempo da Família Real portuguesa e dos latifundiários escravistas, os grandes proprietários politicamente organizados numa “bancada ruralista” no Congresso se auto-outorgaram anistias bilionárias. Ou seja, os latifundiários aplicaram sucessivos calotes no BB e impuseram pesados prejuízos ao Banco.

Essa “ineficiência” das empresas públicas foi usada como argumento a favor das privatizações. O fato de que essa ineficiência tenha sido induzida pelos interesses privados que aparelham o Estado foi convenientemente negligenciada pela mídia pró-mercado para criar uma opinião pública favorável às privatizações e o Brasil se viu assim roubado da maior parte de seu patrimônio público nos anos da privatização selvagem de FHC (1994-2002). Poucas empresas públicas sobreviveram, entre elas as “jóias da coroa” (Petrobrás e BB).

O BANCO DE MERCADO

Entretanto, o BB e a Petrobrás que emergiram do período neoliberal são pálidos fantasmas em comparação com as instituições que foram no passado. Os dois apresentam anualmente lucros bilionários, mas esses lucros não são

apropriados pelo Estado brasileiro, nem muito menos revertidos em benefício para a população. O BB tem ações negociadas em bolsa nas mãos de investidores estrangeiros, que se apropriam de parte do seu lucro. Além disso, a parte do Tesouro Nacional, acionista majoritário, é desviada para o pagamento da dívida pública aos banqueiros internacionais. Ou seja, o Banco do Brasil não é mais dos brasileiros, mas do mercado financeiro.

Além de remunerar acionistas privados e especuladores que parasitam o Estado, o BB também funciona com a mesma lógica predatória dos bancos privados. Como os seus concorrentes, o BB pratica juros escorchantes, faz vendas casadas, cobra tarifas abusivas e superexplora os seus funcionários. Esse é o segredo dos seus lucros sempre crescentes (R\$ 4 bi só nesse 1º semestre).

OS TRABALHADORES TAMBÉM SÃO VÍTIMAS

Todas essas mudanças em direção à privatização do Banco enfrentaram a resistência dos funcionários da instituição. Os trabalhadores do BB estiveram também na vanguarda do último grande ascenso do proletariado brasileiro na década de 1980, ao lado dos metalúrgicos, petroleiros, professores e servidores públicos, e lutaram também contra a implantação do neoliberalismo. Justamente por isso, os funcionários do BB tem sido vítimas de sucessivos ataques.

Em 1994 foi implantado um PDV no qual milhares de funcionários saíram. Em 1997 foram mudadas as regras de contratação, criando uma sub-categoria de funcionários com direitos precarizados e salário menor, os chamados “genéricos”, que hoje já são maioria na instituição. Também foi vítima de ataques a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco, com

um patrimônio equivalente ao do próprio BB, que ao invés de ser usado para complemento das aposentadorias, passou a ser sistematicamente manipulado para os negócios escusos das privatizações e para capitalizar o Banco, graças ao voto de Minerva do governo na gestão do fundo. E ainda a Cassi, caixa de assistência à saúde dos funcionários, foi sucateada e caminha para a falência.

A esperança de que todos esses ataques fossem sustados em 2002, com a eleição de Lula, foi frustrada pelo prosseguimento da política de arrocho salarial, desmonte e privatização do Banco. Não é por acaso que o funcionalismo do BB tem entrado em greve todos os anos desde 2003, lutando também contra os neopelegos petistas que dirigem os aparatos sindicais dos bancários.

Por último, em 2007, o governo “democrático e popular” de Lula lançou uma reestruturação do BB que demitiu milhares de funcionários via aposentadoria antecipada, extinguiu departamentos, terceirizou funções de suporte, retirou 2/3 dos caixas das agências e consolidou definitivamente a política de assédio moral através das metas de vendas de produtos bancários.

A reestruturação prossegue em 2008, à medida em que entramos em mais uma campanha salarial, que deve coincidir com as comemorações oficiais pelos 200 anos de fundação do BB (12 de outubro). A necessidade e a oportunidade de uma greve que se enfrente contra o projeto de privatização está colocada para os bancários do BB. Só a luta do funcionalismo pode barrar os ataques e colocar em discussão na sociedade a necessidade de um outro perfil de Banco do Brasil. Por isso defendemos:

- Reposição das perdas acumuladas desde o plano real (90%);
- Isonomia entre funcionários novos e antigos;
- Plano de cargos e salários;
- Fim das metas e do assédio moral;
- Resgate da Cassi e fim dos assaltos à Previ;
- Por um Banco do Brasil público e a serviço das necessidades da população!



Publicamos a seguir um relato de uma companheira metalúrgica sobre a sua experiência de militância no movimento sindical em uma categoria dirigida por pelegos, as conquistas e os desafios da classe trabalhadora em fazer valer os seus direitos e a necessidade de sempre manter a organização sob pena de perder esses direitos conquistados com muita luta.

Leis: Podam e limitam muitos; ascendem e protegem poucos

L. Nogueira

Para a classe dominante não basta tentar abafar a luta pelo socialismo, tenta insaciavelmente engolir as conquistas da classe trabalhadora no decorrer do tempo. É comum nos dias de hoje ouvirmos severas críticas às decadentes e ultrapassadas leis trabalhistas. Ao invés de ficarmos contentes assustamo-nos, pois as alternativas sugeridas são verdadeiros atentados contra o trabalhador. É demente vivermos sob uma relação em que a burguesia transforma em leis as conquistas da classe trabalhadora para não cumprí-las e nós, trabalhadores, ao invés de lutarmos para ampliá-las o que fazemos, e quando fazemos acanhadamente, é lutar para mantê-las.

Os discursos atuais de que as leis estão ultrapassadas somados ao isolamento político do operariado têm favorecido as mudanças para pior. Odiando o ultrapassado o trabalhador aceita passivamente as propostas de mudanças, vindas muitas vezes de seus representantes, sem se questionar ou questioná-los sobre o conteúdo proposto.

Estes representantes parlamentares ou sindicalistas falham quando não lutam constantemente para destruir a versão ideológica do capital, pois afastam os trabalhadores das discussões políticas e enterram a possibilidade de ruptura. No entanto, quando os trabalhadores despertam para a atuação política o questionamento passa a apresentar mudanças.

Durante alguns anos de trabalho numa empresa metalúrgica demitiram-me duas vezes, ambas por motivos políticos. Na primeira vez, voltei logo na semana seguinte. O sindicato impulsionou a paralisação de um dia na produção e a empresa readmitiu algumas das funcionárias. Dois anos depois, o mesmo setor da fábrica paralisou novamente por equiparação salarial, mas antes de receber a equiparação conquistada fui demitida. Somente depois de três meses de

negociações entre trabalhadores, sindicato e empresa fui reintegrada.

É evidente que por todo esse tempo a interferência e a denúncia contra os abusos levou-nos a cobrar responsabilidade e respeito aos direitos do trabalhador garantidos na CLT ou na Convenção Coletiva.

Aos poucos saímos das críticas e das lutas, que em sua maioria, estavam direcionadas apenas às relações de poder entre os próprios trabalhadores e não atingiam a discussão de que é a hierarquia de poder que determina a ação do poder imediato como, por exemplo, um chefe de sessão. Entendemos que ao sugerirmos uma nova idéia, opinarmos sobre algo em desenvolvimento, ou criticarmos determinada atitude exclusivamente para melhorar as relações, o desempenho e o ambiente de trabalho apenas contribui para diminuir custos e proporcionar maior desenvolvimento produtivo e melhor lucro para o patrão.

E, quase que independente do sindicato passamos a lutar contra perdas de benefícios ou salários e obtivemos novas conquistas: diminuição da tarifa bancária, implementação de ginástica laboral diária, serviço de café, PLR superior ao piso. E como é de tempo que mais se fala na empresa a contratação de um especialista, em controle de tempo da mão-de-obra produtiva para eliminar o ócio e reduzir custos, favoreceu um controle férreo sobre a liberdade de cada um. Respondendo a isso os trabalhadores conquistaram a redução da jornada de quarenta e quatro horas semanais para quarenta horas sem redução do salário. Conquista que fez-nos ganhar tempo para a vida individual e familiar. Derrotamos a tentativa de implantação do banco de horas, que ao mesmo tempo retiraria o direito de hora extra e comprometeria o descanso semanal, mesmo com o respaldo do sindicato que concordou em criar

regras para aceitá-lo. Derrotamos também a tentativa de reduzir custos com a substituição da cesta básica por um ticket alimentação que não seria reajustado. E ainda impedimos a redução de espaço físico do vestiário feminino.

Observamos que os planos do empregador trazem ao trabalhador desgaste físico, psicológico e aumentam a distância entre nós trabalhadores, nos tornando concorrentes e rivais, embora a empresa argumente que somos uma “família”. Mas, esta “família” almoça em horários alternados e por conta de diversos motivos muitas vezes não se sente segura, livre e com a responsabilidade para falar criticamente das questões que lhe diz respeito.

Todas essas intervenções se deram na legalidade sindical, embora não concordando com esta legalidade por entendermos que ratifica a relação de poder que tem como objetivo podar e reprimir o trabalhador. Ao se tornar um instrumento conciliatório das relações de poder o sindicato apenas busca conquistas economicistas e procura manter como base uma baixa conscientização política do trabalhador.

Reverter essa situação somente é possível quando criamos um acanhado, mas legítimo, senso crítico, isto é, quando compreendemos que as mudanças para melhor, por menor que sejam, só são possíveis com a participação ativa e que os direitos garantidos são balela, pois direitos só nos são garantidos, conquistados e preservados através de constantes lutas.

Como a maioria dos postos da produção é ocupada por mulheres tornou-se comum ver trabalhadoras reunidas numa “organização” interna e independente impulsionando cada luta e aprendendo com cada conquista, mas sentindo-se despreparadas e sem o mínimo de paciência para articularem diálogos com colegas do bloco da

confusão, da inércia ou dos protegidos e mesmo assim conquistando simpatizantes em todos os setores.

Essas lutas que parecem específicas e restritas a cada fábrica representam a realidade de nossa classe, especialmente da mulher trabalhadora. A necessidade de manter conquistas, de quebrar discursos contrários, de chegar a pequenas vitórias contam com a ausência de uma alternativa anticapitalista.

As leis trabalhistas que foram conquistadas através de muitas lutas estão

sendo descartadas com o apoio sistemático de parlamentares, sindicatos e centrais sindicais governistas. Por outro lado ignoram leis que possam favorecer a mulher trabalhadora, como a Licença Maternidade de seis meses aprovada apenas para funcionárias públicas. Toda mulher trabalhadora que optar por ter filho deve ter parte da mais valia extraída do trabalho revertida para garantir o direito à Licença Maternidade de seis meses! Essa luta deve ser de todas as mulheres trabalhadoras e de toda a classe

trabalhadora! Os problemas diários enfrentados por nós trabalhadoras em nossos locais de trabalho precisam servir para ampliarmos a nossa luta e não para nos isolarmos.

Precisamos construir organismos da classe trabalhadora que estejam ao lado dos trabalhadores nas reivindicações imediatas e do cotidiano e ao mesmo tempo lute por uma outra sociedade, em que a riqueza produzida seja revertida em favor de quem trabalha.

O consumismo e a atrofia da subjetividade

Adriana Menezes

Há algum tempo atrás, uma propaganda de brinquedos na TV veiculou a seguinte frase: “eu tenho, você não tem!”. Essa frase virou brincadeira e crianças nas escolas gritavam isso para seus colegas. Essa frase fez muitas crianças quererem a tesourinha do Mickey, mas também lhes mostrou o que elas não podem ter. E se não podem ter, não podem ser. Elas não podem ser ricas, não podem ser de tal ou qual turminha, não podem ser bonitas, não podem ser “legais”. Embora aparentemente “engraçadinha”, é mais uma propaganda que subliminarmente tenta moldar o sujeito desde pequeno numa fôrma incompatível com a realidade. Essa forma produz uma subjetividade falsificada, que desconhece a si mesma, porque está baseada na ausência.

O sujeito cresce com lacunas e ausências. O homem nasce para ser completado. Mas ser completado com que conteúdo? A subjetividade é um produto da dialética entre as escolhas individuais e as circunstâncias dadas. Neste sentido, está-se reconhecendo o sujeito sócio-histórico, construtor de sua personalidade e construído dentro de seu contexto histórico, econômico, político, social, ideológico, cultural, psicológico, ético, etc.

A sociedade capitalista se perpetua pela reprodução de um determinado tipo de subjetividade, inautêntica, oca, esvaziada de sentido. Sabendo ser o sujeito uma criatura incompleta, inacabada, o capitalismo cria necessidades, e objetos que correspondem à satisfação dessas necessidades, em consonância com a sua premissa básica, que é acumulação. A posse dos objetos



passa a ser o falso sentido que completa artificialmente a vida dos indivíduos. A ideologia da posse de objetos é propagada por diversos mecanismos como os meios de comunicação e a indústria do entretenimento, com destaque para a televisão, mas não se pode esquecer da escola, de algumas igrejas e cultos, da normatização do comportamento por técnicos da saúde mental, autores de auto-ajuda, especialistas da saúde, do sexo, da vida em família, defensores da “boa moral”, enfim, ideólogos diversos.

As crianças ainda ingênuas, os jovens, e adultos de todas as idades são compelidos a se sentirem completos e desejáveis através da posse e ostentação de objetos. Ter é sinônimo de ser na sociedade capitalista.

Para a maioria das pessoas, na sociedade atual, é impossível refletir sobre o potencial de realização da própria individualidade. A reflexão sobre a importância da própria singularidade está bloqueada. A ausência de reflexão e de criticidade fragiliza as personalidades, mantendo-as subdesenvolvidas na busca infrutífera de algo que lhes possa dar uma sensação de completude, de sentido, de vida, de singularidade. Essa fragilidade é dos indivíduos é extremamente funcional

para o capitalismo. Exatamente por isso é necessário criar novas necessidades de necessidades e estimular um estilo de vida baseado no consumo de objetos.

Como esperar que essas subjetividades, que se pode chamar de inautênticas, construam relações verdadeiras? Como esperar que o contato intersubjetivo seja humano e espontâneo? Como esperar por cumplicidade, sinceridade e alegria nas relações?

Ao se observar o comportamento de alguns adolescentes, por exemplo, vê-se um, e apenas um dos sintomas de adoecimento da sociedade e de perda da relação de alteridade. Nos shoppings centers, catadrais do consumo, em todos os cantos vêem vários tipos de tentativas desesperadas de singularização, de diferenciação. Alguns se enchem de brincos e tatuagens, outros de colares e pulseiras. Alguns adolescentes falam alto, outros se beijam freneticamente, como se estivessem ligados em alta-voltagem. Alguns beijam parceiros do mesmo sexo e olham em volta para ver que reação causaram. Esses exemplos não partem de um discurso conservador que repudia o sexo e padroniza os corpos. Longe disso, trata-se de reconhecer que esses mesmos adolescentes que buscam desesperadamente criar formas alternativas e autênticas de existir na verdade se alienam de si e do outro, incapazes de vivenciar uma relação de alteridade, e tão somente reproduzem bizarrices produzidas pelo capitalismo em nome do consumo.

O caso dos adolescentes é apenas um exemplo. Não se trata de dizer com isso que eles são mais frágeis, mais facilmente

manipuláveis. As relações sociais no geral estão baseadas em falsidade, em aparências e em interesses individualistas. A alienação é um fenômeno global, total, que atinge a sociedade na completude do sujeito. Não só os jovens encontram muletas onde escoaram o que lhes resta de humanidade e posse de si, mas toda a sociedade. As tentativas de rompimento que dizem respeito a uma sexualidade precocemente vivenciada, à marcação do corpo por brincos e tatuagens, a homossexualidade superficial, entre outros, são, também, formas desesperadas de dizer que se é dono de si, mas muitas vezes esse é também um processo inconsciente e de conseqüências sociais inesperadas, devido ao preconceito de uma sociedade que estimula esse tipo de comportamento, mas que ao mesmo tempo o repudia.

O uso do álcool é socialmente difundido como uma forma de socialização válida, divertida e autêntica, e que envolve não somente os adolescentes, mas a sociedade em geral. Celulares, carros, computadores, tecnologia no geral, roupas, perfumes,

silicones, artigos inúteis de luxo, são cada vez mais necessários para que as pessoas possam se sentir identificadas com alguma coisa, em algum lugar, de alguma forma, e que as levará a algum tipo de felicidade, mas que na verdade não passa de uma miragem engendrada pelo capitalismo.

Esses comportamentos são reflexos de uma sociedade que se relaciona consigo mesma através de falsas mediações. São muito raros os comportamentos dissonantes que provoquem rompimentos profundos com os valores do capitalismo. Não se pode generalizar nesse campo, nem estabelecer distinções mecânicas entre o que apenas se parece com estereótipos de “comportamento rebelde” manipulado e fabricado e o que muitas vezes são protestos de subjetividades em luta para se emancipar dessa sociedade e que tentam, de fato, estabelecer relações verdadeiras consigo e com o outro. Ter tatuagens, beber, ser homossexual, não são, sempre, frutos de alienação, desde que essas sejam escolhas refletidas e

conscientes feitas pelo sujeito que vivencia essas experiências. Mas na maioria dos casos o consumo de objetos e de estilos de vida é um falso rompimento, uma falsa sensação de individualidade e de vivência subjetiva. O consumismo é uma caricatura de vida que produz sofrimento, e esse sofrimento se torna uma chave mestra de manipulação dos corpos e das mentes, uma chave que está sob a guarda do capitalismo. Seria mais ou menos aquilo que alguns filósofos franceses, como os da corrente esquizoanalista, expressam ao dizer que o capitalismo comunica afetos tristes para perpetuar a dependência do sujeito dos prazeres perecíveis que o mercado pode trazer, e com isso manter o padrão produtivo e de consumo responsável pela acumulação de riquezas do capital.

Somente com o fim da sociedade capitalista e da sua ideologia liberal, competitiva e individualista, as subjetividades poderão se desenvolver de forma autêntica, livre, de modo que a emancipação de um indivíduo seja a condição para a emancipação de todos.

Pequim: Nem tudo que reluz é ouro

Daniel Menezes

O crescimento da China é o mais novo mito do capitalismo mundial. Um crescimento falsificado, como os produtos falsificados vendidos por camelôs, todos “Made in China”. Assim como foi falsificada a cantora que se apresentou na abertura dos Jogos de Pequim, dublando uma canção tocada em “playback”, porque talvez a dona da voz original não correspondesse à imagem que a China quer apresentar de si para o mundo.

Os Jogos Olímpicos, no fundo, são uma jogada de marketing cuidadosamente arquitetada para que os países sede apresentem ao mundo uma imagem promocional fabricada do seu “sucesso”. Esse potencial do esporte para servir de vitrine para uma determinada política já é explorado a bastante tempo pelos mais diversos regimes. O próprio ritual dos Jogos, com uma monumental cerimônia de abertura, tocha olímpica, vila olímpica, etc., foi inventado pelos nazistas para as Olimpíadas de Berlim em 1936.

Nas últimas décadas, esse potencial foi amplificado pela incorporação do

esporte à indústria do espetáculo. Como uma atração que mobiliza a paixão das massas (basta pensar na paixão dos brasileiros pelo futebol), o esporte se converteu em mercadoria e passou a ser produzido e vendido como tal. Ao ingressar na produção de mercadorias, o esporte se submeteu à lógica da competição econômica, que é bastante diferente da competitividade esportiva.

O ESPIRITO ESPORTIVO E A LÓGICA DO CAPITAL

A origem das competições esportivas está nos festivais religiosos da Grécia antiga, dentre os quais as homenagens a Zeus em Olímpia, ou Jogos Olímpicos, que compreendiam além das lutas e exibições atléticas os recitais de música e poesia. Os gregos cultivavam um ideal de humanidade (restrito aos homens livres) baseado no cultivo harmônico da mente e do corpo. Também as sociedades orientais desenvolveram, através de suas artes marciais, um sofisticado ideal de auto-controle e disciplina física e mental. Em ambos os casos, os esportes eram



modalidades de livre expressão e exploração das possibilidades do corpo humano. Os esportes modernos, por outro lado, são subproduto e expressão do mecanismo de dominação e disciplina da sociedade capitalista, a partir de fins do século XIX.

O capitalismo requer o homem-máquina, disciplinado, preciso, mecânico, ajustado ao controle férreo do relógio, dos limites bem demarcados, dos espaços restritos, das coreografias exatas, das regras de conduta, das hierarquias sociais. A massificação dos esportes ocorre paralelamente ao enquadramento dos trabalhadores pela disciplina rigorosa das

fábricas, das escolas, do adestramento militar, das regras de trânsito, da rotina cotidiana, servindo-lhes de metáfora e ilustração estética. Ao mesmo tempo, a atividade física funciona como uma extrapolação da ideologia produtivista para além do tempo de trabalho, mantendo os indivíduos obsessivamente ativos, ligados, “produtivos”, mesmo depois de encerrada sua jornada regular a serviço da produção. A “produtividade” obsessiva se converteu em necessidade psicológica individual e paranóia coletiva. Por último, o esporte fornece também matéria-prima para a indústria do espetáculo, oferecendo atrações que mobilizam a atenção e impedem a reflexão (numa legítima continuidade com o “pão e circo” dos romanos).

A competição esportiva, no seu sentido estrito, derivado do conceito grego de “ágon” (auto sacrifício, auto-domínio, esforço, determinação na disputa), tem como objetivo desenvolver os limites do homem, portanto, trata-se de certo modo de uma conquista da humanidade. A competição econômica, por outro lado, não tem limites, já que o objetivo do capital é a reprodução ampliada, a expansão infinita do valor econômico abstrato. A competição esportiva admite a derrota, o que inclusive caracteriza a própria essência do assim chamado “espírito esportivo”, segundo o qual “o importante é competir”.

Já na competição econômica, quando o esportista se coloca a serviço da obtenção de riqueza para si próprio, para os patrocinadores ou para o Estado, ele não aceita a derrota e inclusive trapaceia, recorrendo ao dopping, que se transformou numa indústria paralela aos esportes de alto nível, um tabu sobre o qual não se fala, porque compromete a imagem do esporte. Ou então, o derrotado joga fora a medalha de bronze, porque só aceita o ouro, como um atleta suco de luta greco-romana fez em Pequim.

A IDEOLOGIA UFANISTA

Ao se incorporar à lógica da competição econômica, o esporte também fornece elementos para reforçar o discurso ideológico que separa as pessoas entre vencedores e vencidos, enaltece o esforço individual e negligencia as circunstâncias, destaca o indivíduo extraordinário e esquece o coletivo, etc. A obsessão produtivista também faz com que cada Olimpíada seja comemorada como “a maior de todos os tempos”,

como se isso fosse algo extraordinário, sendo que na verdade é um fato mais do que natural, já que a cada edição dos Jogos há um número maior de modalidades em disputa e um número maior de países que participam, com delegações também maiores.

O Brasil é um desses países que a cada edição aumenta o número de participantes, ficando sempre dezenas de posições atrás dos primeiros lugares no quadro de medalhas, tornando ridículo o ufanismo imbecil dos mercadores vulgares do esporte no Brasil, como os Galvões Buenos da vida. O esporte é também uma medida da saúde de uma sociedade e os resultados do Brasil nas Olimpíadas mostram como a população brasileira é maltratada. Segundo a Organização Mundial de Saúde, cada dólar investido em esporte economiza 3 em saúde pública (dados do jornalista Juca Kfourí). O Brasil não investe em saúde pública, nem em esporte de base, nas escolas e nas comunidades carentes. Apesar disso, alguns heróicos atletas brasileiros competem e vencem nas Olimpíadas, dando mostras do potencial da população brasileira.

É preciso porém fazer a distinção entre o esporte como política de saúde pública e o esporte de competição profissional, submetido à lógica produtivista do capitalismo e desprovido de limites éticos. Os esportistas de competição submetem seus corpos a pressões físicas destrutivas, comprometem sua saúde e muitos se transformam em aberrações. O preço a ser pago para que tenhamos o espetáculo dos Jogos é a mutilação física e psicológica de seres humanos, transformados numa sub-raça à parte dos simples mortais.

A COMPETIÇÃO GEOPOLÍTICA

Os semi-deuses do Olimpo moderno são peças recicláveis da indústria do espetáculo, tão descartáveis como os astros do rock e as estrelas de cinema. O “show deve continuar”, a despeito de que a população chinesa receba uma remuneração média de US\$ 0,75 por hora de trabalho, contra US\$ 2,56 no Brasil e US\$ 21,00 nos Estados Unidos, em jornadas que se estendem por mais de 70 horas semanais. Como se não bastasse isso, as cidades chinesas estão entre as mais poluídas e insalubres do mundo. Uma Olimpíada com cara de século XXI tenta mascarar a condição de superexploração típica de uma

revolução industrial do século XIX.

A superexploração do proletariado chinês é conduzida com mão de ferro pela burocracia do Partido Comunista, que se apropriou do legado político da revolução de 1949 e encastelou-se de modo ditatorial no controle do Estado e das instituições. Essa burocracia se associou às transnacionais imperialistas para desatar o atual ciclo de “crescimento econômico”, baseado em exportações para os Estados Unidos. Além disso, a parcela dos dólares recebidos pela burocracia é investida em títulos da dívida do Tesouro estadunidense, de modo que a China financia diretamente o imperialismo. As duas potências vivem assim uma curiosa relação de simbiose conflitiva: os Estados Unidos e suas transnacionais dependem da mão de obra barata chinesa, enquanto a China depende do mercado consumidor estadunidense. Ao mesmo tempo, as duas potências desenvolvem uma disputa geopolítica que retoma alguns aspectos da finada Guerra Fria do século XX entre Estados Unidos e URSS, como a corrida armamentista.

As estocadas se sucedem, como durante o percurso da tocha olímpica até a China, quando manifestações pró-Tibete orquestradas e devidamente amplificadas pelo imperialismo tentaram criar constrangimentos para a burocracia. A aspiração legítima de auto-determinação dos povos se converteu em instrumento político do imperialismo para pressionar seus rivais. O fato de que a China seja uma ditadura é constantemente lembrado pela mídia internacional e o foi durante os Jogos. O que não foi mencionado é o fato de que a China só foi capaz de conquistar alguma margem de autonomia e lançar as bases para seu atual crescimento graças à revolução de 1949.

Como sempre, prossegue o combate ideológico para soterrar de vez a memória da luta pelo socialismo. A burocracia do PC chinês milita na trincheira capitalista, promovendo Jogos que visam construir a imagem de um capitalismo vitorioso, no momento mesmo em que a crise econômica, a crise política resultante do fracasso da “guerra ao terror” e a crise ambiental global expõem dramaticamente as contradições e os limites insustentáveis desse sistema.